



PODER / Presidente ignora lista tríplice e anuncia ter enviado ao Senado o pedido de recondução ao cargo do procurador-geral da República. PGR sofre forte resistência dentro do Ministério Público Federal pelo alinhamento com o governo

Bolsonaro premia fidelidade de Aras

» RENATO SOUZA
» SARAH TEÓFILO

Geraldo Magela/Agência Senado



» Defesa da PEC 52

A recondução do procurador-geral da República, Augusto Aras, levantou novamente as discussões em torno da mudança da Constituição para incluir a obrigatoriedade de o presidente da República escolher o PGR dentro da lista tríplice. A ANPR frisou que "continuará a lutar, no Congresso Nacional, pela inclusão na Constituição Federal da previsão da lista tríplice também para o cargo de procurador-geral da República". A entidade defende a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 52, de 2019, que prevê a obrigatoriedade da escolha do procurador na lista elaborada por membros da carreira. O subprocurador Mario Bonsaglia escreveu no Twitter: "Uma coisa é certa: a luta dos membros do MPF pela lista tríplice para PGR continuará. Não é uma questão corporativa. Interessa a toda a sociedade um MP independente, como diz a Constituição".

O presidente Jair Bolsonaro enviou ao Senado pedido para que o procurador-geral da República, Augusto Aras, seja reconduzido ao cargo. Com isso, o PGR poderá ficar mais dois anos à frente do Ministério Público Federal (MPF). Para que ele siga na função, é necessário que seja aprovado em nova sessão na Casa, como ocorre com todo indicado pelo chefe do Executivo.

Com a decisão a favor de Aras, Bolsonaro ignora a lista tríplice enviada ao governo pela Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR), com nomes que poderiam ser indicados para comandar a Procuradoria-Geral da República (PGR). Em primeiro lugar da lista estava Luiza Frischeisen, seguida por Mario Bonsaglia e Nicolao Dino. A eleição teve significativa participação, com quórum de votação que representa 70% do Colégio de Procuradores.

A atitude de Bolsonaro era esperada pela categoria, porque o presidente tem desconsiderado listas tríplices. Além disso, ele não abriria mão de reconduzir Aras. Desde que assumiu o cargo, o PGR se alinhou ao governo, evitando processos e denúncias contra o presidente. Ele deve permanecer como um escudo do Planalto diante das investigações na CPI da Covid sobre suspeitas de corrupção no Executivo.

Por isso mesmo, Aras é amplamente criticado dentro do MPF, onde há forte resistência ao governo, por causa das políticas e ações que tem adotado. Ele é acusado por procuradores, por exemplo, de se omitir diante da postura do Executivo no enfrentamento à pandemia da covid-19. Alguns comentam que o procurador age, em diversos momentos, mais como advogado-geral da União do que como PGR. Nesse panorama, Aras vem perdendo força e já deixou de ter

maioria de aliados no Conselho Superior do Ministério Público.

A insatisfação mais recente dentro do MPF foi provocada pela omissão do PGR diante das ameaças de Bolsonaro à realização das eleições de 2022. Os ataques do mandatário ao sistema de urnas eletrônicas geraram reação do presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Luís Roberto Barroso; e do presidente do Congresso, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), mas Aras permaneceu em silêncio.

A maioria da categoria acredita que o PGR manterá o alinhamento com o governo, principalmente por alimentar a esperança, em caso de reeleição de Bolsonaro, ser indicado ao Supremo Tribunal Federal — em outubro de 2023, a ministra Rosa Weber

completará 75 anos e terá de se aposentar.

Independência

Apesar de a decisão não ter causado surpresa, indicados na lista tríplice e a ANPR se manifestaram. "O MPF demonstrou que quer a (o) PGR escolhido (a) pela lista tríplice. A lista foi formada em 2021. Será formada em 2023. Agora, cabe ao Senado a sabatina, a votação em plenário", escreveu Luiza Frischeisen no Twitter. O procurador Mario Bonsaglia frisou que "a recondução de Aras não surpreende, cabendo ainda ao Senado deliberar a respeito".

Em nota, a ANPR lamentou a atitude do chefe do Executivo. "O não atendimento da lista enfra-

queu o anseio pela independência do MPF e fragiliza a posição da instituição no exercício de seu papel", enfatizou. "A recusa na adoção de uma prática consolidada pelos chefes do Poder Executivo entre 2003 e 2017 representa a quebra de um procedimento que está perfeitamente alinhado à Constituição e ao desejo da sociedade brasileira por um Ministério Público combativo e comprometido com a ordem jurídica e com a democracia."

Em mensagem publicada após o anúncio de Bolsonaro, Aras se disse "honrado com a recondução para o cargo de procurador-geral da República". "Reafirmo meu compromisso de bem e fielmente cumprir a Constituição e as leis do país", completou.

» Memória

Cruzada contra a Lava-Jato

Além das críticas pela falta de atuação em relação ao governo, uma das principais controvérsias envolvendo o PGR, Augusto Aras, é a cruzada promovida por ele contra a Operação Lava-Jato. Ele pôs fim às forças-tarefa como grupos de trabalho isolados e integrou os procuradores em Grupos de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaecos).

Em setembro de 2020, Aras

pediu ao Supremo Tribunal Federal (STF) a rejeição à ação que questionava o direito do senador e filho do presidente, Flávio Bolsonaro (Republicanos - RJ), ao foro privilegiado no caso das rachadinhas.

Em maio deste ano, Aras enviou ao Supremo parecer contra a abertura de investigação sobre os R\$ 89 mil em cheques depositados na conta da primeira-dama Michelle Bolsonaro pelo ex-assessor parlamentar Fabrício Queiroz, pivô da investigação das rachadinhas envolvendo Flávio, e pela mulher dele, Márcia Aguiar.



Nas entrelinhas

por Luiz Carlos Azedo
carlosalexandre.df@dabr.com.br — interino

A centralidade do poder

A Praça dos Três Poderes foi pensada como espaço laico, para simbolizar a construção institucional do Brasil em bases democráticas. No Planalto Central do país, encarna a representação da independência e harmonia entre os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, essência da República. O triângulo equilátero imaginado por Lucio Costa mimetiza a geometria de Montesquieu nessa tripartição do Estado. Nesse espaço, foram construídos: ao Sul, o prédio do Supremo Tribunal Federal (STF), sede do Poder Judiciário; ao Norte, o Palácio do Planalto, sede do Poder Executivo; e, a Oeste, o Congresso Nacional, sede do Poder Legislativo. Segundo Oscar Niemeyer, "a disposição dos palácios daquela maneira foi simplesmente a forma que Lucio Costa encontrou para dar elegância à obra".

"Os dois arquitetos não pensaram em construir a beleza, seria fácil: eles ergueram o espanto inexplicado", resumiu Clarice Lispector. A construção de

Brasília agregou não apenas a capacidade do esforço coletivo do povo brasileiro, tão bem representado pelos candangos, mas também a vontade de formar uma nova sociedade baseada em valores sociais e éticos sólidos, direcionando-o para uma realidade de mais justiça social e econômica. Para Lucio Costa, Brasília "foi concebida e construída com decisão e com fé num Brasil diferente e num mundo melhor — a sua arquitetura e o seu urbanismo exprimem essa confiança — e isto, no final das contas, é o que importa".

O prédio do Congresso Nacional é a obra predileta de Niemeyer no conjunto arquitetônico de Brasília. É composto por duas cúpulas que representam os plenários da Câmara dos Deputados (virada para cima) e do Senado Federal (virada para baixo). Os dois prédios verticais de 28 andares — os mais altos de Brasília — das duas Casas Legislativas são unidos por uma passarela, formando a letra "H", uma alusão aos conceitos de "homem, honra e honestidade". Mais

"A proposta de semipresidencialismo foi adotada pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), que pretende pôr em votação a emenda constitucional do deputado Samuel Moreira (PSDB-SP)"

"espanto inexplicável". O parlamento brasileiro, desde a abdicação de D. Pedro I, é a casa das saídas institucionais. Sempre foi o contraponto ao Executivo vertical, ao predomínio do Estado sobre a sociedade e ao iluminismo do Judiciário, ao qual cabe defender os cidadãos dos abusos de autoridade e do poder econômico. Não obstante, gosta da "pequena política". Também espelha as mazelas seculares da vida nacional: o clientelismo, o fisiologismo, o patrimonialismo etc. Por ser a representação política de toda a sociedade, ninguém está na Câmara ou no Senado somente porque quis, ainda que o Congresso, muitas vezes, se descole das aspirações populares. Todos foram eleitos e, como dizia Ulysses Guimarães, só têm medo de povo nas ruas.

Semipresidencialismo

De volta à arquitetura e ao urbanismo, a centralidade do Congresso na Praça dos Três Poderes expressa um viés parlamentarista da política brasileira, cuja essência é a velha "política de conciliação" herdada do Império. Entretanto, o regime parlamentarista já foi rejeitado em dois plebiscitos: em 1963, no governo João Goulart, que, para assumir a Presidência, após a renúncia de Jânio Quadros, em 1961, teve que engolir o parlamentarismo; e em 1993, no governo Itamar Franco. Por muito pouco, não foi adotado pela Constituição de 1988, concebida originalmente com esse fim. Um desentendimento entre o presidente José Sarney, que queria mais um ano de mandato, e o líder do então PMDB, Mário Covas (SP),

interessado em disputar a Presidência, impediu que fosse aprovado.

Agora, o próprio José Sarney e o ex-presidente Michel Temer, ambos do MDB, aliados aos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes e Luís Roberto Barroso, atual presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), advogado a adoção de um sistema híbrido, o semipresidencialismo, inspirado nos modelos português e francês. Querem evitar que o país viva sempre diante da ameaça de crise institucional, com o impeachment como espada sobre a cabeça de todo governante. A proposta foi encampada pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), que pretende pôr em votação a emenda constitucional do deputado Samuel Moreira (PSDB-SP) sobre o assunto. Sua proposta é que o regime seja adotado a partir de 2026. O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que pretende voltar ao poder nas eleições de 2022, não gostou nem um pouco: "Semipresidencialismo é outro golpe para tentar evitar que nós possamos ganhar as eleições. Não dá para brincar de reforma política, isso é coisa que tem que ser discutida com muita seriedade", afirmou ontem. Pode ser que esteja perdendo uma oportunidade histórica.